

Aula 09

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Eduardo Alberi

07 de Agosto de 2025

Índice

1) O que é - Crimes contra a administração da Justiça, Finanças e Estrangeira - Instituto AOCP - Único	3
2) Roteiro de Revisão - Crimes contra a administração da Justiça, Finanças Públicas e Administração Est	4
3) Aposta Estratégica - Crimes contra a administração da Justiça, Finanças Públicas e Administração Est	18
4) Questões Estratégicas - Crimes contra a adm da Justiça - Instituto AOCP	20
5) Questões Estratégicas - Crimes contra Finanças Públicas - Instituto AOCP	26
6) Questionário de Revisão - Crimes contra a administração da Justiça, Finanças Públicas e Administração	29
7) Lista de Questões Estratégicas - Crimes contra a adm da Justiça - Instituto AOCP	34
8) Lista de Questões Estratégicas - Crimes contra Finanças Públicas - Instituto AOCP	37
9) Referências Bibliográficas	39



O QUE É MAIS COBRADO NO ASSUNTO

A análise a seguir refere-se a uma amostra de **7 questões**, abrangendo provas realizadas pela banca **FGV** para **nível médio e superior** no período de **2016 a 2025**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico		% de cobrança
		FGV
Crimes contra a administração da Justiça	Reingresso de estrangeiro expulso	<1,00%
	Denúnciação caluniosa	42,86%
	Comunicação falsa de crime ou de contravenção	<1,00%
	Autoacusação falsa de crime	<1,00%
	Falso testemunho ou falsa perícia	14,29%
	Coação no curso do processo	<1,00%
	Exercício arbitrário das próprias razões	<1,00%
	Fraude processual	14,29%
	Favorecimento Pessoal	<1,00%
	Fuga de Pessoa Presa ou Submetida à Medida de Segurança	<1,00%
	Evasão mediante violência contra a pessoa	<1,00%
	Arrebatamento de preso	<1,00%
	Motim de presos	<1,00%
	Patrocínio infiel	<1,00%
	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	<1,00%
	Exploração de prestígio	<1,00%
	Violência ou fraude em arrematação judicial	<1,00%
	Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	<1,00%
Crime contra as finanças públicas	Lei 10.028/2000	28,57%
Crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira		<1,00%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

São muitos os crimes abordados nessa aula, que serão divididos em três grupos (conforme capítulos específicos da parte especial do Código Penal):

- **Crimes contra a administração da Justiça (Capítulo III):** itens de 1 a 20 (abaixo);
- **Crime contra as finanças públicas (Capítulo IV):** itens de 21 a 28;
- **Crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira (Capítulo II-A):** itens de 29 a 30.

Assim, devido à quantidade de crimes, nos mais simples optamos por apenas reproduzir os artigos, com grifo em algumas palavras mais importantes, uma vez que basta lê-los para entender. Caso haja alguma peculiaridade já cobrada em questão de concurso, neste caso, iremos explorá-los mais.

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (Capítulo III)

1 – Reingresso de estrangeiro expulso (art. 338)

O art. 338 do Código Penal tipifica como crime o ato de **reingressar no território nacional o estrangeiro que tenha sido expulso por decisão administrativa definitiva.**

Crime de mão-própria: Apenas o próprio estrangeiro expulso pode praticar o delito, ou seja, não admite participação ou coautoria.

Natureza permanente: Segundo a doutrina majoritária, trata-se de um crime permanente, já que sua consumação se prolonga enquanto o estrangeiro permanecer no território nacional após o reingresso.

Não se exige o dolo específico, bastando a intenção consciente de reingressar no país, ciente da ordem de expulsão.



Art. 338 - Reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, sem prejuízo de nova expulsão após o cumprimento da pena.

2 – Denúnciação caluniosa (art. 339)

O crime de denúncia caluniosa ocorre quando alguém provoca a instauração de investigação policial, processo judicial, procedimento administrativo, de inquérito civil ou ação de improbidade administrativa **atribuindo a outra pessoa que sabe ser inocente**.

Crime material: Consuma-se com o início do procedimento formal contra a vítima.

Majorante (§1º): A pena é aumentada se o agente se utiliza do anonimato ou de nome falso para realizar a denúncia.

Causa de diminuição de pena (§2º): A pena pode ser reduzida pela metade se a acusação é de prática de contravenção penal, e não de crime.

*Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o **sabe inocente**:*

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

*§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis **sem prejuízo das correspondentes à violência**.*

3 – Comunicação falsa de crime ou de contravenção (art. 340)

O art. 340 do Código Penal criminaliza a conduta de **provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou contravenção que sabe não ter ocorrido**.

Natureza formal: Não é necessário que a autoridade de fato inicie a investigação para que o crime esteja consumado.

*Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que **sabe não se ter verificado**:*

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa





↳ **Limitações da aplicabilidade:** Segundo a doutrina majoritária, a comunicação falsa perante **policiais militares**, que **não** exercem funções investigativas formais, **não** configura o crime.

4. Autoacusação falsa de crime (art. 341)

Esse crime ocorre quando alguém se imputa falsamente a prática de um crime, diante de autoridade, para proteger terceiros ou por qualquer outro motivo.

Exclusão do tipo penal:

- A **autoacusação de contravenção penal** não configura o crime do art. 341, pois o dispositivo legal refere-se exclusivamente a crimes;
- Se o agente, que praticou um crime em concurso com outra pessoa, **assume sozinho a autoria do delito**, não se configura autoacusação falsa, pois não há falsidade na imputação.

*Art. 341 - Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem:
Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.*

5. Falso testemunho ou falsa perícia (art. 342)

Esse crime consiste em **fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, tradução ou interpretação judicial ou administrativa**.

Crime de mão-própria: Apenas quem presta o depoimento, perícia ou função técnica pode ser autor do crime.

Majorantes (§1º): A pena é aumentada se o crime é cometido:

- Mediante suborno;
- Com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal; ou
- Em processo civil em que for parte entidade da Adm. Direta ou Indireta.



Extinção da punibilidade (§2º): A punibilidade é extinta se, antes da sentença no processo em que ocorreu o crime, o agente **se retrata ou declara a verdade**.

*Art. 342. Fazer **afirmação falsa**, ou **negar ou calar a verdade** como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:*

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

*§ 1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em **processo penal**, ou em **processo civil** em que for parte entidade da **administração pública direta ou indireta**.*

*§ 2º O fato deixa de ser punível se, **antes da sentença** no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade*

6. Corrupção ativa de testemunha, contador, perito, intérprete ou tradutor (art. 343)

O crime ocorre quando alguém oferece ou promete vantagem indevida a uma testemunha, perito, tradutor, intérprete ou contador **para influir no conteúdo de suas declarações ou trabalhos em um processo judicial ou administrativo**.

Majorante (parágrafo único): A pena é aumentada de um sexto a um terço se o crime é cometido para alterar processo penal ou civil no qual for parte entidade da Adm. Pública direta ou indireta.

*Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer **afirmação falsa**, **negar ou calar a verdade** em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação:*

Pena - reclusão, de três a quatro anos, e multa.

*Parágrafo único. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em **processo penal** ou em **processo civil** em que for parte entidade da **administração pública direta ou indireta**.*

7. Coação no curso do processo (art. 344)

O crime ocorre quando alguém **usa violência ou grave ameaça** para constranger autoridade, partes ou quaisquer pessoas envolvidas em **processo judicial, administrativo, policial ou arbitral**, com a intenção de influenciar ou favorecer interesse próprio ou alheio.



Majorante (parágrafo único): A pena é aumentada se o processo envolver crime contra a dignidade sexual.

*Art. 344 - Usar de **violência ou grave ameaça**, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:*

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

*Parágrafo único. A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até a metade se o processo envolver crime contra a **dignidade sexual**.*

8. Exercício arbitrário das próprias razões (art. 345)

Este crime ocorre quando o agente **faz justiça pelas próprias mãos** para satisfazer uma pretensão legítima, desconsiderando os meios legais.

Exercício arbitrário das próprias razões específico (art. 346)

Trata-se de uma forma mais específica de exercício arbitrário, que ocorre quando o agente tira, suprime, destrói ou danifica **um objeto seu**, mas que está em poder de terceiro por determinação judicial.

*Art. 345 - Fazer **justiça pelas próprias mãos**, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:*

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Se não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

*Art. 346 - Tirar, suprimir, destruir ou danificar **coisa própria**, que se acha em **poder de terceiro por determinação judicial ou convenção**:*

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

9. Fraude processual (art. 347)

O crime de fraude processual ocorre quando o agente **inova artificialmente na cena de um crime ou em um fato relevante** para influenciar as decisões da autoridade judicial, policial ou administrativa.



Majorante (parágrafo único): A pena é aumentada se a fraude tem como objetivo **afetar um processo penal**.

*Art. 347 - Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de **induzir a erro o juiz ou o perito**:*

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

*Parágrafo único - Se a inovação se destina a produzir efeito em **processo penal**, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.*

10. Favorecimento Pessoal (art. 348)

Ocorre quando o agente ajuda alguém, que cometeu crime com pena de **reclusão**, a escapar de investigação ou processo criminal, desde que **não tenha participado do crime principal**.

Não configuração do crime: Se o sujeito que auxilia é **comparsa** do beneficiado no crime original, não se configura o favorecimento pessoal, pois a conduta é absorvida pelo crime principal.

Forma privilegiada (§1º): Se o crime praticado pelo beneficiado **não** é punível com **reclusão**, incide em pena menor.

Isenção de pena (§2º): O agente é isento de pena se o beneficiado for seu **cônjuge**, **companheiro**, **ascendente**, **descendente** ou **irmão**.

Art. 348 - Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão:

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

§ 1º - Se ao crime não é cominada pena de reclusão:

Pena - detenção, de quinze dias a três meses, e multa.

*§ 2º - Se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica **isento de pena**.*

11. Favorecimento Real (art. 349)

Diferentemente do favorecimento pessoal, este crime ocorre quando o agente **auxilia o criminoso a tornar seguro o proveito do crime**.

Não cabe isenção de pena (§2º do art. 348): Mesmo que o agente tenha relação próxima com o beneficiado, como cônjuge ou irmão, a isenção prevista no favorecimento pessoal **não** se aplica ao favorecimento real.



Favorecimento real específico (art. 349-A): Este artigo trata das condutas de promover o ingresso de telefone ou similar em estabelecimento prisional.

*Art. 349 - Prestar a criminoso, fora dos casos de co-autoria ou de receptação, auxílio destinado a **tornar seguro o proveito do crime**:*

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

*Art. 349-A. Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de **aparelho telefônico** de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em **estabelecimento prisional**.*

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

12. Fuga de Pessoa Presa ou Submetida à Medida de Segurança (art. 351)

O crime ocorre quando o agente **facilita ou promove a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança**.

Qualificadoras (§1º): A pena é de reclusão (a pena do caput é de detenção) se o crime for praticado a mão armada ou por mais de um agente, ou se houver arrombamento.

Aplicação da pena de violência (§2º): Se o agente usar violência, ele responderá cumulativamente pela violência praticada.

Qualificadora - crime próprio (§3º): Quando o crime é praticado por pessoa que tinha a **responsabilidade de guardar o preso ou de impedir a fuga**, como agentes penitenciários ou policiais, a pena de reclusão é maior.

Modalidade culposa (§4º): Configura-se quando o funcionário público com o dever de custódia do preso, por **negligência, imprudência ou imperícia**, permite a fuga.

*Art. 351 - **Promover ou facilitar** a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva:*

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º - Se o crime é praticado a mão armada, ou por mais de uma pessoa, ou mediante arrombamento, a pena é de reclusão, de dois a seis anos.

§ 2º - Se há emprego de violência contra pessoa, aplica-se também a pena correspondente à violência.

§ 3º - A pena é de reclusão, de um a quatro anos, se o crime é praticado por pessoa sob cuja custódia ou guarda está o preso ou o internado.



§ 4º - No caso de culpa do funcionário incumbido da custódia ou guarda, aplica-se a pena de detenção, de três meses a um ano, ou multa.

13. Evasão mediante violência contra a pessoa (art. 352)

*Art. 352 - Evadir-se ou tentar evadir-se o preso ou o indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de **violência contra a pessoa**:*

*Pena - detenção, de três meses a um ano, **além da pena correspondente à violência**.*

14. Arrebatamento de preso (art. 353)

*Art. 353 - Arrebatado preso, **a fim de maltratá-lo**, do poder de quem o tenha sob custódia ou guarda:*

*Pena - reclusão, de um a quatro anos, **além da pena correspondente à violência**.*

15. Motim de presos (art. 354)

*Art. 354 - Amotinarem-se presos, **perturbando a ordem ou disciplina** da prisão:*

*Pena - detenção, de seis meses a dois anos, **além da pena correspondente à violência**.*

16. Patrocínio infiel (art. 355)

Configura-se quando o advogado ou procurador judicial trai os interesses que lhe foram confiados, em prejuízo da parte que representa.

Patrocínio simultâneo ou tergiversação (parágrafo único): ocorre quando o advogado ou procurador defende simultaneamente partes contrárias na mesma causa, violando a lealdade processual.

Patrocínio infiel

Art. 355 - Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

Patrocínio simultâneo ou tergiversação

Parágrafo único - Incorre na pena deste artigo o advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.



17. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório (art. 356)

*Art. 356 - Inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto **de valor probatório**, que recebeu na **qualidade de advogado ou procurador**:*

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

18. Exploração de prestígio (art. 357)

Consiste em solicitar ou receber dinheiro ou vantagem sob o **pretexto de influir** em decisão de juiz, jurado, membro do Ministério Público, funcionário da justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

Majorante (parágrafo único): a pena é aumentada se o agente alega ou insinua que a vantagem também será destinada a uma das autoridades ou pessoas mencionadas no caput.

*Art. 357 - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, **a pretexto de influir** em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:*

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

19. Violência ou fraude em arrematação judicial (art. 358)

*Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar **arrematação judicial**; afastar ou procurar afastar **concorrente ou licitante**, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:*

Pena - detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

20. Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito (art. 359)

*Art. 359 - Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado **por decisão judicial**:*

Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.



CRIME CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (Capítulo IV)

Obs: todos os crimes contra as finanças públicas foram incluídos no Código Penal pela Lei nº 10.028/2000 e são crimes próprios, pois necessariamente devem ser praticados por funcionário público.

Em geral, o agente público (com ou sem mandato) tem poder de decisão orçamentária/financeira.

21. Contratação de operação de crédito (art. 359-A)

*Art. 359-A. Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, **sem prévia autorização legislativa**:*

Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo:

I – com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal;

II – quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei.

22. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar (art. 359-B)

Art. 359-B. Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Para praticar este crime é necessário (1 + 2):

1) Inscrição em restos a pagar; +

2.1) De despesa que não tenha sido empenhada; OU



2.2) De despesa que exceda o limite estabelecido em lei.

23. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura (art. 359-C)

*Art. 359-C. Ordenar ou autorizar a **assunção de obrigação**, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa:*

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Para praticar este crime é necessário (1 + 2 + 3):

- 1) Assunção de obrigação; +
- 2) Nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura; +
- 3.1) Despesa não pode ser paga no mesmo exercício financeiro; **OU**
- 3.2) Restou parcela a ser paga no exercício seguinte sem contrapartida suficiente de caixa.

24. Ordenação de despesa não autorizada (art. 359-D)

*Art. 359-D. Ordenar **despesa não autorizada** por lei:*

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

25. Prestação de garantia graciosa (art. 359-E)

*Art. 359-E. Prestar **garantia** em operação de crédito **sem que tenha sido constituída contragarantia** em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei:*

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

26. Não cancelamento de restos a pagar (art. 359-F)

*Art. 359-F. Deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o **cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior** ao permitido em lei: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)*

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)



27. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura (art. 359-G)

*Art. 359-G. Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete **aumento de despesa total com pessoal**, nos **cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura**: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000))*

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Para praticar este crime é necessário (1 + 2 + 3):

- 1) Ordenar, autorizar ou executar ato; +
- 2) Que acarrete aumento de despesa com pessoal +
- 3) Nos 180 dias anteriores ou final do mandato ou legislatura.

28. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado (art. 359-H)

*Art. 359-H. Ordenar, autorizar ou promover a **oferta pública** ou a colocação no mercado financeiro de **títulos da dívida pública** sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)*

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA (Capítulo II-A)





Funcionário público estrangeiro para fins penais (art. 337-D):

Art. 337-D. Considera-se **funcionário público estrangeiro**, para os efeitos penais, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública em **entidades estatais** ou em **representações diplomáticas de país estrangeiro**.

Parágrafo único. Equipara-se a **funcionário público estrangeiro** quem exerce cargo, emprego ou função em **empresas controladas, diretamente ou indiretamente, pelo Poder Público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais**.

29. Corrupção ativa em transação comercial internacional (art. 337-B)

Este crime é muito semelhante com o crime de corrupção ativa (art. 333), com exceção que, aqui, o sujeito passivo é **funcionário público estrangeiro** e necessariamente tem que estar relacionado a **transação comercial internacional**.

*Art. 337-B. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a **funcionário público estrangeiro**, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à **transação comercial internacional**:*

Pena – reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa.

*Parágrafo único. A pena é aumentada de 1/3 (um terço), se, em razão da vantagem ou promessa, o **funcionário público estrangeiro** retarda ou omite o ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.*

30. Tráfico de influência em transação comercial internacional (art. 337-C)

Mesmo raciocínio do artigo anterior. Assemelha-se ao crime de tráfico de influência (art. 332), porém, é imperioso que a pretexto influência se dê em ato de **funcionário público estrangeiro** e em relação a **transação comercial internacional**.

*Art. 337-C. Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a pretexto de influir em ato praticado por **funcionário***



público estrangeiro no exercício de suas funções, relacionado a transação comercial internacional:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada a funcionário estrangeiro.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



Os **crimes contra as finanças públicas** (arts.359-A a 359-H) causam certa confusão a respeito de suas nomenclaturas e condutas proibidas. Por vezes, as bancas examinadoras cobram questões nesse sentido. Dessa forma, vamos ver, em formato de mapa mental, estes crimes, de forma a poder assimilá-los mais facilmente:

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



Crimes contra as finanças públicas

Contratação de Operação de
Crédito (Art. 359-A)

Realizar operação de crédito sem autorização
legislativa

Ultrapassar limites legais da dívida pública.

Inscrição de Despesas Não
Empenhadas em Restos a Pagar
(Art. 359-B)

Autorizar inscrição em restos a pagar sem
empenho ou acima do limite legal.

Assunção de Obrigação no Último
Ano de Mandato (Art. 359-C)

Assumir obrigação nos últimos 8 meses do
mandato sem possibilidade de pagamento ou
caixa suficiente.

Ordenação de Despesa Não
Autorizada (Art. 359-D)

Ordenar despesa sem previsão legal.

Prestação de Garantia Graciosa
(Art. 359-E)

Prestar garantia em operação de crédito sem
contragarantia equivalente.

Não Cancelamento de Restos a
Pagar (Art. 359-F)

Deixar de cancelar restos a pagar acima do
permitido por lei.

Aumento de Despesa Total com
Pessoal no Último Ano de Mandato
(Art. 359-G)

Aumentar despesa com pessoal nos últimos
180 dias do mandato.

Oferta Pública ou Colocação de
Títulos no Mercado (Art. 359-H)

Emitir títulos públicos sem lei autorizativa ou
registro adequado.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (Instituto AOCP/TRF – 2ª Região/Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2024) São crimes contra a Administração da Justiça as seguintes condutas, EXCETO:

- a) reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso.
- b) auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.
- c) amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão.
- d) opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
- e) acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.

Comentários

Letra A – correta: A conduta de **reingressar no território nacional o estrangeiro expulso** está prevista no art. 338 do Código Penal, no **Capítulo dos Crimes contra a Administração da Justiça**, sendo, portanto, efetivamente um crime contra essa esfera da administração pública.

Art. 338, CP: Reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, sem prejuízo de nova expulsão após o cumprimento da pena.

Letra B – correta: Essa conduta se refere ao **crime de favorecimento pessoal** (art. 348, CP), também inserido no **Capítulo dos Crimes contra a Administração da Justiça**.

Art. 348, CP: Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão:

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.



Letra C – correta: o delito de motim de presos é um crime contra a administração da Justiça, previsto no art. 354 do Código Penal:

Art. 354 - Amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.

Letra D – incorreta: a conduta descrita na alternativa refere-se ao crime de resistência, previsto dentro do capítulo **Dos Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral**, e não contra a Administração da Justiça:

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio

Letra E – correta: A conduta de **autoacusação falsa** é crime previsto no **art. 341 do CP**, que também está dentro do capítulo de **crimes contra a Administração da Justiça**.

Art. 341 - Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem

Gabarito: Letra D

2. (Instituto AOCP/TRF – 2ª Região/Técnico Judiciário – Agente da Polícia Judicial – 2024) No intuito de prejudicar seu desafeto Fulano, Sicrano compareceu na delegacia de polícia e, mesmo sabendo da inocência de Fulano, formalizou boletim de ocorrência, imputando-lhe a prática do crime de receptação, o que ocasionou posterior instauração de inquérito policial. Diante da situação narrada, é correto afirmar que Sicrano praticou o crime de:

- a) denúncia caluniosa.
- b) comunicação falsa de crime ou contravenção.
- c) fraude em inquérito policial.
- d) comunicação falsa de crime, com incidência de aumento de pena em razão da instauração do inquérito policial.
- e) calúnia.

Comentários

Letra A – correta: A conduta de **atribuir falsamente a outrem a prática de um crime**, com conhecimento da inocência do acusado, e essa imputação resultar na **instauração de investigação**



oficial (inquérito), **configura o crime de denúncia caluniosa** (art. 339, CP). É irrelevante se o processo penal se concretizou; basta a instauração de procedimento investigativo.

Art. 339, CP: *"Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa."*

Letra B – incorreta: A comunicação falsa de crime ou contravenção (art. 340, CP) ocorre quando **alguém comunica falsamente** a ocorrência de crime inexistente, **sem apontar um autor específico**. Aqui, houve **imputação direta contra alguém inocente**, o que configura denúncia caluniosa.

Letra C – incorreta: Fraude em inquérito policial está ligada à **produção de provas falsas** ou adulteração do procedimento investigativo, e **não à comunicação inicial falsa** como no caso descrito.

Letra D – incorreta: Embora a alternativa pareça atrativa, a **comunicação falsa com aumento de pena** não se aplica aqui, pois trata-se de **denúncia caluniosa**, conforme já explicado.

Letra E – incorreta: A calúnia (art. 138, CP) exige que a falsa imputação de crime seja feita **a terceiros**, com o objetivo de ofender a **honra objetiva** da vítima. Ocorre fora do contexto de **autoridade pública**, diferente da denúncia caluniosa.

Gabarito: Letra A

3. (Instituto AOCP/TRF – 2ª Região/Analista Judiciário – Área Administrativa – 2024) João, servidor público da área fiscal de determinado município, ao ser procurado pelo contribuinte Mário, que visava levantar suas pendências de IPTU e realizar o pagamento do que era devido, acabou, conscientemente, gerando uma guia para pagamento do tributo na agência bancária mais distante da residência de Mário, ocasionando-lhe maiores despesas financeiras. Diante disso, é correto afirmar que João cometeu o crime de

- a) abuso de poder.
- b) abuso de autoridade.
- c) excesso de exação.
- d) peculato.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

Comentários



Letra A – incorreta: Abuso de poder é expressão genérica normalmente utilizada no âmbito do direito administrativo. Não há, no Código Penal, crime com essa nomenclatura específica. O tipo penal aplicável deve estar tipificado com precisão, o que não se verifica aqui.

Letra B – incorreta: Abuso de autoridade, previsto na **Lei nº 13.869/2019**, exige que a conduta do agente esteja entre as hipóteses legais taxativamente descritas na lei e seja praticada com finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si ou a terceiros ou por mero capricho ou satisfação pessoal. Embora a conduta de João cause prejuízo, ela se enquadra melhor em tipo penal mais específico do Código Penal.

Letra C – correta: Excesso de exação, previsto no art. 316, § 1º, do Código Penal, ocorre quando o funcionário público **exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza**. No caso, o tributo era devido, mas João **empregou meio gravoso na cobrança**, ao determinar conscientemente que o contribuinte efetuasse o pagamento em local mais oneroso, gerando-lhe maiores despesas. Trata-se de conduta abusiva e incompatível com o exercício legal da função, enquadrando-se na hipótese do parágrafo 1º do artigo mencionado.

Art. 316, § 1º, CP: “Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.”

Letra D – incorreta: Peculato (art. 312 do CP) exige a apropriação ou desvio de valor de que o agente tenha posse em razão do cargo. No caso, não há apropriação nem desvio de valores por parte de João, o que afasta a tipificação.

Letra E – incorreta: O crime de exercício arbitrário das próprias razões (art. 345 do CP) pressupõe que o agente aja para satisfazer, por meios próprios e ilegais, uma pretensão, ainda que legítima. Essa figura não se aplica a servidor público que, **no exercício da função fiscal, usa meio vexatório na cobrança de tributo**, hipótese que já é tratada especificamente no art. 316, §1º, do CP.

Gabarito: Letra C

4. (Instituto AOCP/Polícia Civil do Estado de Goiás/Escrivão de Polícia – 3ª Classe – 2022) Assinale a alternativa que apresenta o delito e sua respectiva classificação quanto ao sujeito ativo.

- a) infanticídio: delito comum.
- b) falso testemunho ou falsa perícia: delito de mão própria.
- c) peculato: delito especial impróprio.
- d) rixa: delito especial próprio.



e) ameaça: delito de concurso necessário.

Comentários

Letra A – incorreta:

O **infanticídio** (art. 123 do Código Penal) só pode ser praticado pela **mãe**, sob a influência do estado puerperal, no momento do parto ou logo após. Trata-se de **crime próprio** e não comum, pois exige condição especial do sujeito ativo.

Letra B – correta:

O **falso testemunho ou falsa perícia** (art. 342 do CP) pode ser cometido por **testemunha, perito, tradutor ou intérprete**. Trata-se de **crime de mão própria**, pois apenas essas pessoas, em função de sua atuação pessoal, podem praticá-lo. Não admite coautoria, apenas participação.

Art. 342, caput, CP: Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.

Letra C – incorreta: O **peculato** (art. 312 do CP) é crime **próprio**, pois exige que o agente seja **funcionário público e tenha posse do bem em razão do cargo**. A classificação de "especial impróprio" é incorreta nesse contexto técnico penal.

Letra D – incorreta: A **rixa** (art. 137 do CP) é crime **comum**, pois pode ser praticado por qualquer pessoa. Não exige qualidade especial do sujeito ativo.

Letra E – incorreta: O crime de **ameaça** (art. 147 do CP) também é **comum**, praticado por qualquer pessoa. Já o "delito de concurso necessário" se refere àqueles que exigem a atuação de mais de um agente para se consumir (como a associação criminosa).

Gabarito: Letra B

5. (Instituto AOCP/ITEP RN/Perito Criminal – Engenharia Civil – 2021) O código penal, nos artigos 342 e 343, no que tange aos crimes de falso testemunho por parte dos peritos criminais em processos penais, resolve que

a) em caso de afirmação falsa em processo, o crime deixa de ser punível se, antes da sentença no processo que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

b) a pena para o crime de afirmação falsa como perito em processo é punível com reclusão de 8 a 12 anos.

c) se constatado que o crime de afirmação falsa em processo foi cometido mediante suborno, a pena deverá ser dobrada.



d) dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a perito para fazer afirmação falsa em depoimento ou perícia é crime punível com reclusão de 2 a 4 meses e multa.

e) a pena para o crime de oferecer vantagem a perito para fazer afirmação falsa em depoimento ou perícia é dobrada em processo penal ou civil em que for parte entidade da administração pública.

Comentários

Letra A – correta: O art. 342, §2º do CP estabelece que o crime de falso testemunho ou falsa perícia deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

Art. 342, §2º, CP: "O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade."

Letra B – incorreta: A pena do art. 342 do CP é de **reclusão, de 2 a 4 anos, e multa**. Portanto, a afirmativa está incorreta ao prever pena de 8 a 12 anos.

Letra C – incorreta: O art. 343 do CP trata do suborno de perito, testemunha, etc., mas **não prevê dobramento da pena** em virtude do suborno.

Letra D – incorreta: O art. 343, caput, prevê pena de **reclusão de 3 a 4 anos e multa**, não de 2 a 4 meses, como afirma a alternativa.

Letra E – incorreta: O art. 343, §1º prevê que **a pena será aumentada de 1/6 a 1/3**, e não dobrada, quando o fato é praticado em processo em que é parte a Administração Pública.

Gabarito: Letra A



QUESTÕES COMENTADAS



1. (Instituto AOCP/Controladoria Geral do Estado do MS/Auditor do Estado - Corregedoria/2022)
De acordo com o Código Penal e o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, uma vez que estão previstos em tipos penais distintos e autônomos, são independentes e a comprovação de um deles não pressupõe a do outro.
- b) Comete o crime de concussão o funcionário público que se utiliza de violência ou grave ameaça para obter vantagem indevida.
- c) A prática de crime contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de elevada responsabilidade ou por membros de poder justifica a majoração da pena-base.
- d) O crime de corrupção passiva praticado pelas condutas de “aceitar promessa” ou “solicitar” é formal e se consuma com a mera solicitação ou aceitação da vantagem indevida.
- e) A conduta de ordenar despesa não autorizada por lei é passível de responsabilização na esfera penal.

Comentários

Letra A – correta: Segundo a jurisprudência do STJ, **não há bilateralidade necessária** entre os crimes de **corrupção passiva (art. 317, CP)** e **corrupção ativa (art. 333, CP)**. São delitos autônomos e independentes, podendo ser consumados **sem que o outro ocorra**, desde que presentes seus elementos típicos.

Letra B – incorreta: A **concussão** (art. 316, CP) é o crime praticado por **funcionário público** que **exige** vantagem indevida. **Não exige o uso de violência ou grave ameaça** — esses elementos caracterizam outros crimes, como o **roubo (art. 157, CP)**. A exigência de vantagem mediante violência ou grave ameaça descaracteriza a concussão, afastando o tipo penal.

Art. 316, CP: “Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.”



Letra C – correta: A jurisprudência do STJ admite que **cargos de maior responsabilidade pública**, como agentes políticos de alto escalão, podem justificar **a majoração da pena-base**, especialmente pela **reprovabilidade da conduta**, com fundamento no art. 59 do Código Penal.

Letra D – correta: A **corrupção passiva** é crime formal, consumando-se com a **simples solicitação ou aceitação da vantagem indevida**, mesmo que esta **não seja recebida de fato**, conforme interpretação pacífica do STJ.

Letra E – correta: A **ordenação de despesa não autorizada por lei** pode configurar **crime previsto no art. 359-D do Código Penal**, incluído pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Gabarito: Letra B

2. (2016 – Instituto AOCP – Câmara Municipal de Rio Branco/AC – Procurador) Sobre os crimes contra as finanças públicas, assinale a alternativa correta.

a) ordenar, autorizar, realizar ou intermediar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa, constitui crime de contratação de operação de crédito.

b) constitui crime ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

c) o crime de prestação de garantia graciosa consiste na conduta de prestar garantia em operação de crédito ainda que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada.

d) constitui crime ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois primeiros quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

e) quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em resolução do tribunal de contas da união, comete crime.

Comentários

Letra A – Incorreta: Essa conduta está prevista no **art. 359-A do Código Penal** (Crime de contratação de operação de crédito sem autorização legal). Porém, exige-se a **prévia autorização legislativa quando exigida**, e não genericamente. Além disso, os limites e condições devem observar **resolução do Senado Federal**, e não da legislação ordinária apenas.

Letra B – Correta : O art. 359-G do Código Penal prevê como crime:



“Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento da despesa total com pessoal nos **cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura**”. Ou seja, a alternativa está **tecnicamente correta**, pois descreve **expressamente o tipo penal previsto no art. 359-G do CP**.

Letra C – Incorreta: Nos termos do **art. 359-D do CP**, só há crime de **prestação de garantia graciosa** quando **não houver contragarantia em valor igual ou superior** ao valor garantido. Havendo contragarantia válida, não se configura o delito.

Letra D – Incorreta: A conduta está **quase correta**, mas o erro está no período referido: o tipo penal do **art. 359-C** pune essa conduta quando ocorre **no último ano do mandato ou legislatura, sem contrapartida de disponibilidade de caixa**, não apenas nos dois primeiros quadrimestres.

Letra E – Incorreta: O tipo penal previsto no **art. 359-B do CP** exige inobservância de limites estabelecidos em **resolução do Senado Federal**, e não do Tribunal de Contas da União, como afirma erroneamente a alternativa.

Gabarito: Letra B



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Sobre o crime de reingresso de estrangeiro expulso (art. 338 do CP), descreva a conduta que configura o tipo penal e se há algum efeito adicional após o cumprimento da pena.
2. Explique o que caracteriza o crime de denúncia caluniosa previsto no art. 339 do CP e os elementos necessários para sua configuração.
3. Diferencie o crime de comunicação falsa de crime ou contravenção (art. 340 do CP) do de denúncia caluniosa (art. 339 do CP).
4. Segundo o art. 342 do CP, explique os elementos que configuram o crime de falso testemunho ou falsa perícia.
5. No crime de falso testemunho ou falsa perícia, explique a hipótese de extinção da punibilidade prevista no §2º do art. 342 do CP.
6. Descreva a conduta tipificada no art. 343 do CP referente à corrupção ativa de testemunha, perito, contador ou intérprete.
7. Explique o que caracteriza o crime de coação no curso do processo previsto no art. 344 do CP.
8. Diferencie o crime de exercício arbitrário das próprias razões (art. 345 do CP) do crime de tirar coisa própria em poder de terceiro (art. 346 do CP).



9. No crime de fraude processual (art. 347 do CP), explique como ocorre a configuração do tipo penal e a circunstância que agrava a pena.
10. Explique as condições para que ocorra a isenção de pena no crime de favorecimento pessoal, conforme previsto no §2º do art. 348 do CP.
11. Descreva a conduta prevista no art. 349-A do CP relacionada à entrada de aparelhos de comunicação em estabelecimento prisional.
12. Explique as situações que qualificam o crime de fuga de pessoa presa ou submetida à medida de segurança (art. 351 do CP).
13. Diferencie o crime de evasão mediante violência contra pessoa (art. 352 do CP) do crime de arrebatamento de preso (art. 353 do CP).
14. Descreva a conduta tipificada no art. 357 do CP referente à exploração de prestígio.
15. Explique o que caracteriza o crime de contratação de operação de crédito sem prévia autorização legislativa, conforme o art. 359-A do CP.
16. Explique o que caracteriza o crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar, previsto no art. 359-B do CP.
17. Diferencie o crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar (art. 359-B do CP) do crime de assunção de obrigação no último ano do mandato (art. 359-C do CP).
18. Explique como o crime de não cancelamento de restos a pagar (art. 359-F do CP) está relacionado ao crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar (art. 359-B do CP).
19. Diferencie os crimes de corrupção ativa em transação comercial internacional (art. 337-B do CP) e tráfico de influência em transação comercial internacional (art. 337-C do CP).
20. Explique o conceito de funcionário público estrangeiro para fins de tipificação dos crimes previstos nos artigos 337-B e 337-C do CP.

Perguntas com respostas

1. Sobre o crime de reingresso de estrangeiro expulso (art. 338 do CP), descreva a conduta que configura o tipo penal e se há algum efeito adicional após o cumprimento da pena.

Resposta: O crime de reingresso de estrangeiro expulso ocorre quando o estrangeiro, após ser expulso do território nacional, retorna a ele. Após o cumprimento da pena, o indivíduo pode ser novamente expulso.

2. Explique o que caracteriza o crime de denúncia caluniosa previsto no art. 339 do CP e os elementos necessários para sua configuração.

Resposta: O crime de denúncia caluniosa ocorre quando alguém dá causa à instauração de inquérito, procedimento investigatório, processo judicial ou administrativo contra outrem, imputando-lhe, de forma consciente, um fato sabidamente falso. É necessário que o agente saiba que a pessoa acusada é inocente e que a imputação resulte em uma ação oficial.

3. Diferencie o crime de comunicação falsa de crime ou contravenção (art. 340 do CP) do de denúncia caluniosa (art. 339 do CP).

Resposta: O crime de comunicação falsa ocorre quando o agente provoca a ação da autoridade comunicando crime ou contravenção que sabe inexistente. Já na denúncia caluniosa, o agente atribui a outra pessoa a prática de um fato falso, com o objetivo de gerar um procedimento oficial contra ela.



4. Segundo o art. 342 do CP, explique os elementos que configuram o crime de falso testemunho ou falsa perícia.

Resposta: O crime de falso testemunho ou falsa perícia é configurado quando o agente, atuando como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, em processo judicial, administrativo, policial ou arbitral, faz afirmação falsa, nega ou cala a verdade sobre fatos relevantes para o caso.

5. No crime de falso testemunho ou falsa perícia, explique a hipótese de extinção da punibilidade prevista no §2º do art. 342 do CP.

Resposta: A extinção da punibilidade ocorre se o agente se retrata ou declara a verdade antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito. Essa medida visa estimular a reparação voluntária da conduta.

6. Descreva a conduta tipificada no art. 343 do CP referente à corrupção ativa de testemunha, perito, contador ou intérprete.

Resposta: A conduta ocorre quando o agente dá, oferece ou promete dinheiro ou outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para que façam afirmação falsa, neguem ou calem a verdade em depoimento, perícia ou tradução.

7. Explique o que caracteriza o crime de coação no curso do processo previsto no art. 344 do CP.

Resposta: O crime ocorre quando o agente usa violência ou grave ameaça contra autoridade, parte ou qualquer pessoa envolvida em processo judicial, policial, administrativo ou arbitral, visando favorecer interesse próprio ou de terceiros.

8. Diferencie o crime de exercício arbitrário das próprias razões (art. 345 do CP) do crime de tirar coisa própria em poder de terceiro (art. 346 do CP).

Resposta: No exercício arbitrário das próprias razões, o agente busca satisfazer uma pretensão, mesmo legítima, sem autorização legal. Já no crime previsto no art. 346, o agente retira, suprime ou danifica coisa própria que está em poder de terceiro por determinação judicial ou convenção.

9. No crime de fraude processual (art. 347 do CP), explique como ocorre a configuração do tipo penal e a circunstância que agrava a pena.

Resposta: A fraude processual ocorre quando o agente altera de forma artificiosa o estado de lugar, coisa ou pessoa durante um processo civil ou administrativo, para induzir juiz ou perito a erro. A pena é agravada se a fraude destina-se a produzir efeitos em processo penal.

10. Explique as condições para que ocorra a isenção de pena no crime de favorecimento pessoal, conforme previsto no §2º do art. 348 do CP.

Resposta: A isenção de pena ocorre se o auxílio é prestado a ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, caracterizando relação de parentesco próxima que justifica a ausência de punição.



11. Descreva a conduta prevista no art. 349-A do CP relacionada à entrada de aparelhos de comunicação em estabelecimento prisional.

Resposta: A conduta consiste em ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelhos de comunicação, como celulares ou rádios, em estabelecimentos prisionais, sem autorização legal.

12. Explique as situações que qualificam o crime de fuga de pessoa presa ou submetida à medida de segurança (art. 351 do CP).

Resposta: O crime é qualificado quando há uso de arma, arrombamento, ou participação de mais de uma pessoa; quando ocorre violência contra pessoa; ou se o crime é praticado por quem tem a custódia do preso ou internado.

13. Diferencie o crime de evasão mediante violência contra pessoa (art. 352 do CP) do crime de arrebatamento de preso (art. 353 do CP)

Resposta: A evasão mediante violência ocorre quando o preso utiliza violência contra outra pessoa para fugir ou tentar fugir. Já o arrebatamento de preso ocorre quando terceiros utilizam violência para retirar o preso do poder da autoridade, com o objetivo de maltratá-lo.

14. Descreva a conduta tipificada no art. 357 do CP referente à exploração de prestígio.

Resposta: O crime ocorre quando o agente solicita ou recebe vantagem alegando influir em magistrados, membros do Ministério Público, peritos, tradutores ou testemunhas.

15. Explique o que caracteriza o crime de contratação de operação de crédito sem prévia autorização legislativa, conforme o art. 359-A do CP.

Resposta: O crime ocorre quando o agente ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interna ou externa, sem a devida autorização legal, violando os princípios de responsabilidade fiscal e transparência administrativa.

16. Explique o que caracteriza o crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar, previsto no art. 359-B do CP.

Resposta: O crime ocorre quando o agente ordena ou autoriza a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda o limite estabelecido em lei. Isso contraria os princípios de responsabilidade fiscal e transparência, ao comprometer despesas sem respaldo legal ou orçamentário.

17. Diferencie o crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar (art. 359-B do CP) do crime de assunção de obrigação no último ano do mandato (art. 359-C do CP).

Resposta: O crime do art. 359-B refere-se à inscrição de despesas em restos a pagar sem prévio empenho ou excedendo o limite legal, enquanto o art. 359-C trata da assunção de obrigação nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro

ou sem contrapartida suficiente em caixa. O primeiro é relacionado ao descumprimento de regras de inscrição, e o segundo, ao desrespeito ao equilíbrio fiscal no encerramento de mandato.

18. Explique como o crime de não cancelamento de restos a pagar (art. 359-F do CP) está relacionado ao crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar (art. 359-B do CP).

Resposta: Ambos os crimes envolvem a gestão inadequada de restos a pagar. O crime do art. 359-B refere-se à inscrição de despesas sem o devido empenho ou acima do limite legal, enquanto o crime do art. 359-F consiste em deixar de cancelar restos a pagar que excedam o limite permitido em lei. Ambos comprometem a responsabilidade fiscal e a correta execução orçamentária, mas tratam de fases diferentes da gestão financeira.

19. Diferencie os crimes de corrupção ativa em transação comercial internacional (art. 337-B do CP) e tráfico de influência em transação comercial internacional (art. 337-C do CP).

Resposta: O crime de corrupção ativa em transação comercial internacional (art. 337-B) ocorre quando o agente promete, oferece ou dá vantagem indevida a funcionário público estrangeiro ou a terceiro para influenciar atos relacionados à transação comercial. Já o tráfico de influência (art. 337-C) é praticado ao solicitar, exigir, cobrar ou obter vantagem, sob o pretexto de influir em atos de funcionário público estrangeiro, também referentes a transações comerciais internacionais.

20. Explique o conceito de funcionário público estrangeiro para fins de tipificação dos crimes previstos nos artigos 337-B e 337-C do CP.

Resposta: De acordo com o art. 337-D do CP, considera-se funcionário público estrangeiro quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro. O parágrafo único equipara a funcionário público estrangeiro quem exerce cargo em empresas controladas direta ou indiretamente pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

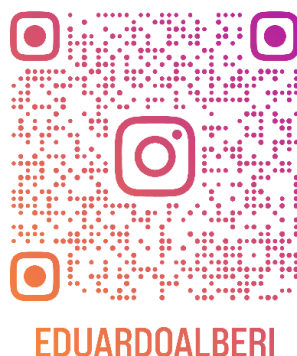
...

Ficamos por aqui!

Grande abraço e bons estudos!

Prof. Eduardo Alberi

Me siga no Instagram:  @eduardoalberi



LISTA DE QUESTÕES

1. (Instituto AOCP/TRF – 2ª Região/Técnico Judiciário – Área Administrativa – 2024) São crimes contra a Administração da Justiça as seguintes condutas, EXCETO:

- a) reingressar no território nacional o estrangeiro que dele foi expulso.
- b) auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.
- c) amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão.
- d) opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.
- e) acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem.

2. (Instituto AOCP/TRF – 2ª Região/Técnico Judiciário – Agente da Polícia Judicial – 2024) No intuito de prejudicar seu desafeto Fulano, Sicrano compareceu na delegacia de polícia e, mesmo sabendo da inocência de Fulano, formalizou boletim de ocorrência, imputando-lhe a prática do crime de receptação, o que ocasionou posterior instauração de inquérito policial. Diante da situação narrada, é correto afirmar que Sicrano praticou o crime de:

- a) denúncia caluniosa.
- b) comunicação falsa de crime ou contravenção.
- c) fraude em inquérito policial.
- d) comunicação falsa de crime, com incidência de aumento de pena em razão da instauração do inquérito policial.
- e) calúnia.

3. (Instituto AOCP/TRF – 2ª Região/Analista Judiciário – Área Administrativa – 2024) João, servidor público da área fiscal de determinado município, ao ser procurado pelo contribuinte Mário, que visava levantar suas pendências de IPTU e realizar o pagamento do que era devido, acabou, conscientemente, gerando uma guia para pagamento do tributo na agência bancária mais distante da residência de Mário, ocasionando-lhe maiores despesas financeiras. Diante disso, é correto afirmar que João cometeu o crime de

- a) abuso de poder.
- b) abuso de autoridade.



- c) excesso de exação.
- d) peculato.
- e) exercício arbitrário das próprias razões.

4. (Instituto AOCP/Polícia Civil do Estado de Goiás/Escrivão de Polícia – 3ª Classe – 2022) Assinale a alternativa que apresenta o delito e sua respectiva classificação quanto ao sujeito ativo.

- a) infanticídio: delito comum.
- b) falso testemunho ou falsa perícia: delito de mão própria.
- c) peculato: delito especial impróprio.
- d) rixa: delito especial próprio.
- e) ameaça: delito de concurso necessário.

5. (Instituto AOCP/ITEP RN/Perito Criminal – Engenharia Civil – 2021) O código penal, nos artigos 342 e 343, no que tange aos crimes de falso testemunho por parte dos peritos criminais em processos penais, resolve que

- a) em caso de afirmação falsa em processo, o crime deixa de ser punível se, antes da sentença no processo que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.
- b) a pena para o crime de afirmação falsa como perito em processo é punível com reclusão de 8 a 12 anos.
- c) se constatado que o crime de afirmação falsa em processo foi cometido mediante suborno, a pena deverá ser dobrada.
- d) dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a perito para fazer afirmação falsa em depoimento ou perícia é crime punível com reclusão de 2 a 4 meses e multa.
- e) a pena para o crime de oferecer vantagem a perito para fazer afirmação falsa em depoimento ou perícia é dobrada em processo penal ou civil em que for parte entidade da administração pública.



GABARITO



1. Letra D	2. Letra A	3. Letra C	4. Letra B	5. Letra A
------------	------------	------------	------------	------------



LISTA DE QUESTÕES

1. (Instituto AOCP/Controladoria Geral do Estado do MS/Auditor do Estado - Corregedoria/2022) De acordo com o Código Penal e o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, uma vez que estão previstos em tipos penais distintos e autônomos, são independentes e a comprovação de um deles não pressupõe a do outro.
- b) Comete o crime de concussão o funcionário público que se utiliza de violência ou grave ameaça para obter vantagem indevida.
- c) A prática de crime contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de elevada responsabilidade ou por membros de poder justifica a majoração da pena-base.
- d) O crime de corrupção passiva praticado pelas condutas de “aceitar promessa” ou “solicitar” é formal e se consuma com a mera solicitação ou aceitação da vantagem indevida.
- e) A conduta de ordenar despesa não autorizada por lei é passível de responsabilização na esfera penal.

2. (2016 – Instituto AOCP – Câmara Municipal de Rio Branco/AC – Procurador) Sobre os crimes contra as finanças públicas, assinale a alternativa correta.

- a) ordenar, autorizar, realizar ou intermediar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa, constitui crime de contratação de operação de crédito.
- b) constitui crime ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.
- c) o crime de prestação de garantia graciosa consiste na conduta de prestar garantia em operação de crédito ainda que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada.
- d) constitui crime ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois primeiros quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- e) quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em resolução do tribunal de contas da união, comete crime.



GABARITO

GABARITO



1. Letra B

2. Letra B



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.